



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 24 - julho de 2020

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2020i24p104-118>

**Livros infantojuvenis *Pra Cego Ver*¹: a imagem materializada na
audiodescrição**

***For the blind to see children's literature: image made into audio
description***

Líliam Cristina Marins*
Fernanda Gritti**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a audiodescrição (AD) de ilustrações presentes em dois textos literários direcionados ao público infantojuvenil: *Simplemente Diferente* (2011), de autoria de Mônica Picavêa, e *Cinderela* (2014), adaptado por Anna Cláudia Ramos. Embora sejam propostas narrativas distintas, ambos os livros compõem as escassas produções de literatura acessível para cegos ou pessoas com baixa visão. Ao considerar a importância da ilustração na constituição desse gênero, a análise da produção das audiodescrições de tais materiais em um meio semiótico diferente do visual pode ser um caminho para traçar novas diretrizes para a produção de AD em materiais voltados para o público infantojuvenil, além dos já dispostos pela *Audio Description Coalition* (2010) e pela Norma Inglesa de Audiodescrição (2000). O aporte teórico deste trabalho está fundamentado em estudos de Turchi (2002), Piety (2004), Costa (2011), Coito (2015), Garbim (2017) e Praxedes Filho e Arraes (2017).

PALAVRAS-CHAVE: Audiodescrição; Ilustração; Literatura infantojuvenil

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the audio description (AD) of illustrations in two literary texts aimed at children: *Simplemente Diferente* (2011), by Mônica Picavêa, and *Cinderela* (2014), by Anna Cláudia Ramos. Despite being different narratives, both books represents rare literary productions accessible to blind and visually impaired

¹ Referência ao projeto #PraCegoVer, cujo objetivo é a disseminação da cultura da acessibilidade nas redes sociais por meio da audiodescrição de imagens.

* Universidade Estadual de Maringá – UEM; Departamento de Letras Modernas; Programa de Pós-graduação em Letras – Maringá – PR – Brasil – liliamchris@hotmail.com

** Universidade Estadual de Maringá – UEM; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE-UEM) – Maringá – PR – Brasil – fernandagritti-@hotmail.com



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 24 - julho de 2020

children. Considering the importance of illustrations in this genre, an analysis of the audio description of materials of this kind in a different semiotic medium can help planning new guidelines for AD practices aimed at children, in addition to the norms established by the *Audio Description Coalition* (2010), and by the *Independent Television Commission* (2000). This discussion is based on studies developed by Turchi (2002), Piety (2004), Costa (2011), Coito (2015), Garbim (2017) and Praxedes Filho e Arraes (2017).

KEYWORDS: Audiodescription; Illustration; Children's literature

Introdução

Classificada como um recente tipo de tradução, de acordo com Franco (2007), por se desenvolver juntamente com os avanços tecnológicos, a audiodescrição (doravante AD) é hoje considerada uma modalidade de tradução audiovisual e caracteriza-se como um recurso que promove acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão. Mais especificamente, a AD descreve o que pode ser apreendido apenas visualmente, como as ilustrações que acompanham livros escritos, em especial, aqueles voltados para crianças e jovens.

Segundo Turchi (2002), é a convergência entre a ilustração, o texto e o projeto gráfico que contribui para a construção dos sentidos dos textos literários de Literatura infantojuvenil (LIJ) durante a aquisição da linguagem pela criança. Nesse sentido, para a teórica, a ilustração tem lugar de destaque nos livros voltados a esse público, visto que “[...] o estreitamento entre a imagem visual e a palavra é o modo como o estético se manifesta, na atualidade, na literatura infantil.” (TURCHI, 2002, p. 27).

No entanto, a prática de inclusão da AD em textos literários (também em eventos culturais e produtos didáticos de forma geral) ainda é incipiente no Brasil. Apesar dos trâmites iniciais para sua implementação terem como marco os anos 2000, segundo Costa (2011), iniciativas que disponibilizam esse recurso ainda se mostram insuficientes diante da demanda existente (considerando os mais de 6,5 milhões de brasileiros com deficiência visual, de acordo com o IBGE de 2010), mesmo depois da implementação da Lei Brasileira de Inclusão ou Lei n. 13.146/2015 (doravante LBI) no início de 2015, a qual garante, no artigo 68, que

[...] o poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. (BRASIL, 2015).

Quatro anos após a implantação da LBI, o acesso de crianças cegas ou com baixa visão a livros de literatura infantojuvenil (ou seja, que contam com a ferramenta da AD) ainda não é promissor, o que pode ser facilmente comprovado em buscas no meio virtual ou em bibliotecas físicas. Dentre os poucos exemplares (menos de 10 livros) disponíveis para aquisição, dois livros de literatura infantojuvenil acompanhados

da AD foram selecionados para o presente trabalho: *Simplesmente diferente* (2011), de autoria de Mônica Picavêa, com ilustrações de Hugo Serra, e *Cinderela* (2014), adaptado por Anna Cláudia Ramos, com ilustrações de Roney Bunn. *Simplesmente diferente* marca a história da audiodescrição no Brasil por ser o primeiro livro com o recurso no país. Nele, há contação de histórias rimadas sobre o dia a dia de pessoas com diferentes tipos de deficiência, as quais são narradas com o claro objetivo de demonstrar que suas vidas são “normais”. Já o segundo livro, *Cinderela*, faz parte da *Coleção Clássicos* lançada pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, mas, apesar da sua grande relevância, o acesso à coleção é restrito, visto que apenas três mil unidades foram produzidas e distribuídas, principalmente em escolas e bibliotecas do Estado de São Paulo.

Nessa perspectiva, considerando o contato de crianças cegas ou com baixa visão com a materialidade imagética ouvida, o objetivo deste artigo é analisar as ADs de *Simplesmente diferente* e *Cinderela*, a partir das diretrizes reguladoras da AD propostas pela *Audio Description Coalition* (2010) e pela Norma Inglesa de Audiodescrição (2000).

1 Princípios da audiodescrição da imagem estática

A AD é uma atividade de mediação linguística que busca permitir à pessoa cega ou com baixa visão acesso aos mais diferentes tipos de textos. Apesar de, inicialmente, os estudos da AD terem como foco contextos nos quais há imagem em movimento, de acordo com Praxedes Filho e Arraes (2017), outros produtos culturais constituídos de imagem estática passaram a contar igualmente com AD, como museus e exposições de arte, pinturas, esculturas e livros.

Diversas questões devem ser levadas em conta no momento de produção da AD devido à multiplicidade de códigos visuais que podem ser englobados nesse recurso, como: quais estímulos visuais serão descritos, quais palavras serão escolhidas (o que e como algo deve ser descrito), a escolha e a organização das palavras para a descrição, qual é o gênero discursivo e qual o objetivo da comunicação. Apesar de ser vista como uma ferramenta que substitui informações visuais, a AD atua de maneira complementar e complementar à linguagem escrita (GARIBIM, 2017).

Assim como a AD, a ascensão das ilustrações no século XVII também se sustentava na ideia de extensão e complemento da linguagem escrita, de forma a atender

o desejo de editores e autores em decorar suas obras. Ao tratar especificamente de ilustrações em livros infantojuvenis, Coito (2015) afirma que, pela ilustração, há materialização do discurso literário infantil por meio do simbólico, o que garante maior interação entre imagem e enunciado, pois o verbal cria imagens, assim como a ilustração cria o verbo. Assim, tanto o verbal quanto o imagético são interpretados no momento da leitura, pois “[...] na materialidade do texto, as significações podem ser diferentes e ambas significam.” (COITO, 2015, p. 165).

Justamente por se tratar de uma interpretação do que é simbólico, há, na AD, diretrizes que buscam guiar a sua produção com o estabelecimento de diretrizes técnicas. A *Audio Description Coalition* (ADC) reuniu suas considerações sobre o assunto em um guia, com base em um treinamento para áudioscritores e formadores realizado nos Estados Unidos entre os anos de 2007 e 2008. Nesse guia, a ADC (2010) traça 10 Princípios Fundamentais da Audiodescrição. Para fins deste trabalho, o foco será em cinco deles, a saber: (1) descrição objetiva; (2) linguagem consistente; (3) capacidade do usuário em compreender o material; (4) descrição da etnicidade e nacionalidade; e (5) descrição a partir da perspectiva dos ouvintes.

Sobre a primeira categoria, que se refere ao ato de descrever apenas o que pode ser efetivamente visto, de forma objetiva, a ADC (2010) sugere que essa deve ser a mais importante regra da audiodescrição. Isso significa que a produção de AD busca direcionamento a partir das aparências físicas e ações dos personagens, cenários e ambientações, não das motivações ou intenções, ou seja, o audiodescritor não deve descrever o que acha que pode estar vendo.

A audiodescrição deve ser realizada de modo a permitir que os ouvintes consigam formar suas próprias conclusões quanto ao que estão ouvindo. Dessa forma, o audiodescritor não deve fazer interferências, explicações, análises, ou seja, qualquer ação que tenha como objetivo “ajudar”, de certa forma, o ouvinte cego ou com baixa visão. Para exemplificar, segundo o guia, caso haja, por exemplo, um personagem com raiva, o audiodescritor deve descrever o que o levou a tal conclusão, como gestos e expressões faciais, de forma a evitar que a sua impressão seja a única interpretação possível. Logo, adjetivos e advérbios que façam juízo de valor devem ser evitados.

A ADC também compreende que as audiodescrições devem ter linguagem concisa e consistente com o conteúdo a que se referem. Dessa forma, a linguagem deve estar adequada à faixa etária do público-alvo, além de atentar ao lugar de fala cultural e social do grupo. De acordo com a ADC (2010), as cores podem ser importantes para o

grupo por compartilharem um significado emocional que pessoas cegas/com baixa visão também compreendem.

Em relação à terceira categoria, a premissa é a de que o audiodescritor deve confiar na capacidade de o usuário compreender o material audiodescrito. Ou seja, o audiodescritor não deve ter atos paternalistas ou superprotetores, uma vez que isso pode reforçar uma imagem pejorativa da comunidade cega como sendo incapaz de produzir sentidos por não contar com a visão. Para isso, a ordem da descrição é fundamental para a formação do ambiente da história narrada: o audiodescritor deve permitir que os usuários tenham acesso, primeiramente, aos diálogos (ou à narrativa), para, depois, ouvir à audiodescrição das imagens que acompanham o material.

Em relação à etnicidade e à nacionalidade, a ADC recomenda que o audiodescritor pode decidir pela descrição da cor da pele e das características faciais dos personagens (que deverá ser mantida ao longo de toda a AD e abarcar todos os personagens), mas não de raças ou nacionalidades inferidas por ele para cada personagem.

A última categoria elencada aqui, descrever a partir da perspectiva dos ouvintes, segundo considerações da ADC (2010), é importante não antecipar informações que também não são antecipadas para o público vidente, a fim de evitar interferência negativa na expectativa do público. De forma geral, os princípios que norteiam o trabalho do audiodescritor não podem ser totalizantes, já que dependem de uma série de fatores que podem direcionar o trabalho para atender às necessidades de cada grupo e de cada situação comunicativa.

Ao buscarmos guias que normatizem ou direcionem o processo da AD voltada especificamente para o público infantojuvenil, observamos que, no Brasil, isso ainda não é encontrado de forma tão específica. De acordo com Silva (2009), documentos voltados à garantia da AD no Brasil não promovem direcionamento claro aos audiodescritores, pois tratam apenas de aspectos mais gerais do processo, o que aponta para a necessidade de desenvolvimento de contornos mais definidos para essa prática.

Silva (2009) analisou normas de alguns países europeus – que têm trajetória mais consolidada na área da AD – em relação às especificidades da AD voltada para o público infantojuvenil. A pesquisadora observou que a Norma Inglesa era completa e detalhada (com exemplos práticos) devido à sua elaboração colaborativa com a comunidade cega/baixa visão. Dentre as recomendações referentes às ADs para o público infantojuvenil, destacam-se: (1) adequar a linguagem ao nível das crianças

(como aspectos lexicais e sintáticos); (2) preservar a trilha musical; (3) usar a sensibilidade do audiodescritor para retratar a beleza especial das obras.

A análise proposta na seção a seguir pode fornecer um panorama mais evidente do que se tem feito em AD para materiais impressos voltados ao público infantojuvenil, mais especificamente, textos literários.

2 A AD em prática: *Simplesmente Diferente!* e *Cinderela*

Como mencionado anteriormente, *Simplesmente diferente!* (2011), de autoria de Mônica Picavêa, com ilustrações de Hugo Serra, marca a história da audiodescrição no Brasil por ser o primeiro livro com o recurso no país destinado especificamente ao público cego/com baixa visão. Nele, há contação de histórias rimadas sobre a rotina “normal” de pessoas com diferentes tipos de deficiência. O livro é acompanhado de um CD que, primeiro, narra a história para, então, apresentar a audiodescrição das ilustrações que a acompanha. De modo geral, o livro é organizado em 14 partes que audiodescrevem: (1) as faixas que compõem o álbum; (2) a capa do livro; (3) a dedicatória; (4) os agradecimentos; (5) a introdução; (6) as personagens do livro; e os capítulos do livro, que são (7) Minha história; (8) Meu melhor amigo tem rodinhas; (9) Falando com as mãos; (10) Em que ponto do SHIII você quer seu bife; (11) Tudo sempre é possível, só precisa acreditar; (12) Mexe, mexe; (13) Que nem pipoca; (14) créditos finais.

A segunda obra é intitulada *Cinderela*, adaptada por Anna Claudia Ramos com ilustrações de Roney Bunn, publicada no ano de 2014. O livro faz parte da *Coleção Clássicos* lançada pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, que reúne as mais conhecidas histórias infantojuvenis. O livro (que possui faixas nas quais é possível ouvir só a AD, só a narração ou as duas concomitantemente) também vem acompanhado de um CD, o qual contempla a audiodescrição da capa e da abertura do livro, além de uma contextualização sobre a *Coleção Clássicos*. Em seguida, há a leitura da dedicatória do livro junto à audiodescrição da página e a narração de toda a história, página a página, seguindo a ordem estabelecida para audiodescrição pela ADC: primeiro, a narração da página e, em seguida, sua audiodescrição. Após a narração e a audiodescrição da história da Cinderela, há um áudio com a leitura e a audiodescrição da página sobre a autora e um áudio com a leitura e a audiodescrição sobre o ilustrador.

Ao considerar que a distância temporal da elaboração das duas obras é de três anos, nosso objetivo é analisar como e se os princípios previstos pela ADC (2010) se materializam na elaboração da audiodescrição. Por questões de limitação de espaço, será analisada a faixa 8 de *Simplesmente Diferente!* – “Meu melhor amigo tem rodinhas” –, e as faixas 5 e 6 de *Cinderela*. De forma específica, serão observadas duas grandes categorias: Princípios fundamentais da AD; AD para crianças: linguagem, voz e efeitos sonoros. Quanto à primeira categoria, serão observados os seguintes princípios: (1) descrição objetiva; (2) linguagem consistente; (3) capacidade do usuário em compreender o material; (4) descrição da etnicidade e nacionalidade; e (5) descrição a partir da perspectiva dos ouvintes.

De forma complementar, a Norma Inglesa de Audiodescrição também será considerada, pois é completa, de acordo com estudos de Silva (2009), quando se trata de audiodescrição para crianças, visto que foi elaborada em pesquisas junto ao público-alvo. Portanto, será observado se a audiodescrição apresenta: 1) linguagem adequada ao nível das crianças (lexical e sintaticamente); 2) trilha musical; 3) sensibilidade do audiodescritor na abordagem do material.

Em “Meu melhor amigo tem rodinhas”, do livro *Simplesmente diferente!*, a Figura 1 e a Figura 2 subsidiam a AD.

Figura 1 – Meu melhor amigo tem rodinhas (1)



Fonte: PICA VÊA, 2011, p. 16-17

Figura 2 – Meu melhor amigo tem rodinhas (2)



Fonte: PICA VÊA, 2011, p. 18-19

A AD que acompanha as páginas referidas é a seguinte:

Zezinho, nosso amiguinho cadeirante, usa camiseta laranja regata com o número um na frente, por cima de camiseta branca e bermuda laranja. Zezinho está sentado em sua cadeira de rodas azul, bem pertinho de um muro baixo no jardim. Depois que você conheceu Zezinho, conheça também os bichinhos que junto com ele estão. Ao seu lado, um cachorrinho marrom e, um pouquinho mais distante, um gatinho também marrom. Uma borboletinha amarela voa sobre as flores. Nesta história do Zezinho tem muitos desenhos bacanas, tem desenho de Lalu brincando com o amiguinho, ela está encostada em uma árvore com a mão no rosto e ele abaixado atrás de um murinho. Em outro tem uma cesta de basquete com uma tabela no alto de um poste fino. O gatinho marrom de Lalu embaixo, no meio do canteiro onde a cesta de basquete está. E no último desenhinho, Lalu toda feliz. Com os braços bem abertos e a língua de fora, brinca com seu gatinho Zezinho. Ele roda uma bola de basquete no dedo. Quatro passarinhos coloridos estão voando no céu (PICA VÊA, 2011).

Nota-se que a AD se afasta do princípio da objetividade no trecho “Nesta história do Zezinho tem muitos desenhos bacanas” e em “E no último desenhinho, Lalu toda feliz”, já que registra a impressão do audiodescritor em relação à ilustração e à interpretação do estado de espírito da personagem, ao invés de descrever apenas suas expressões faciais que levariam o ouvinte a concluir que a personagem estaria feliz.

Já em relação ao princípio da linguagem consistente, também abordado pela Norma Inglesa de Audiodescrição (2000), há a adequação à linguagem das crianças tanto no nível lexical, quanto no nível sintático, pois a descrição faz uso significativo de palavras no diminutivo, o que também, por outra perspectiva, pode deixar a AD infantilizada demais.

Observando a categoria que trata da capacidade do usuário de compreender o material, a audiodescrição analisada parece não ter tido o cuidado de guiar o leitor-ouvinte para sequências lógicas de descrição. Isso se deve ao fato de a audiodescrição não ter localizado espacialmente a disposição das imagens durante a narração do poema. Alguns exemplos podem ser observados em: “Zezinho, nosso amiguinho cadeirante, usa camiseta laranja regata com o número um na frente, por cima de camiseta branca e bermuda laranja. Zezinho está sentado em sua cadeira de rodas azul, bem pertinho de um muro baixo no jardim”. Ao fazer essa audiodescrição, não foi informado para os leitores-ouvintes que essas ilustrações apareciam logo na primeira página da história, além disso, a disposição das ilustrações em relação ao texto não foi sinalizada para o público-alvo. Em “Uma borboletinha amarela voa sobre as flores”, também não há a sinalização de onde estariam essas flores, visto que não foi mencionado anteriormente na audiodescrição; ou seja, há a impressão de que as ilustrações estão espalhadas pelas páginas sem uma sequência lógica.

Na quarta categoria, que trata da etnicidade e nacionalidade, observamos, a partir do trecho exposto, que essa descrição não é explorada na audiodescrição, apenas é descrita a roupa que o personagem veste, não fazendo menção dos seus atributos físicos. Quanto à Lulu, ela não é descrita novamente, pois já foi descrita em um momento anterior, durante a audiodescrição da capa do livro.

Sobre a categoria “descreva a partir da perspectiva dos ouvintes”, a quinta abordada aqui, acreditamos que o audiodescritor poderia ter explorado mais, para que a disposição das imagens que são descritas tivesse maior linearidade, talvez gerando melhor compreensão para o leitor-ouvinte.

Quanto às especificidades da audiodescrição voltada para crianças, a linguagem está adequada, em relação ao léxico e às estruturas sintáticas, ao nível das crianças, pois a descrição faz uso, por exemplo, de palavras no diminutivo. Além disso, há trilha musical acrescida à história como fundo de ambientação para o leitor-ouvinte. A trilha musical de fundo muda quando o poema está sendo narrado e quando ele está sendo descrito, de forma a sinalizar a transição e facilitar o acompanhamento do material pelo ouvinte. Com o mesmo objetivo, há a mudança de voz para a narração da história e para a AD, o que facilita a identificação de cada momento pelo leitor-ouvinte.

A última categoria, “usar a sensibilidade e fazer escolhas lexicais que reflitam a beleza especial das obras infanto-juvenis”, está presente na escolha frequente de adjetivos no livro. Por outro lado, tal frequência pode ser interpretada como um

afastamento da premissa número 1, “descreva objetivamente”. Essa sensibilidade também pode ser notada no tom da voz que muda durante a narração e a audiodescrição, pois cada momento é narrado por uma pessoa diferente, a fim de fazer com que o leitor-ouvinte possa se localizar no contato com o material.

Já em *Cinderela*, são audiodescritas a Figura 3 e a Figura 4, a seguir:

Figura 3 – Cinderela (1)

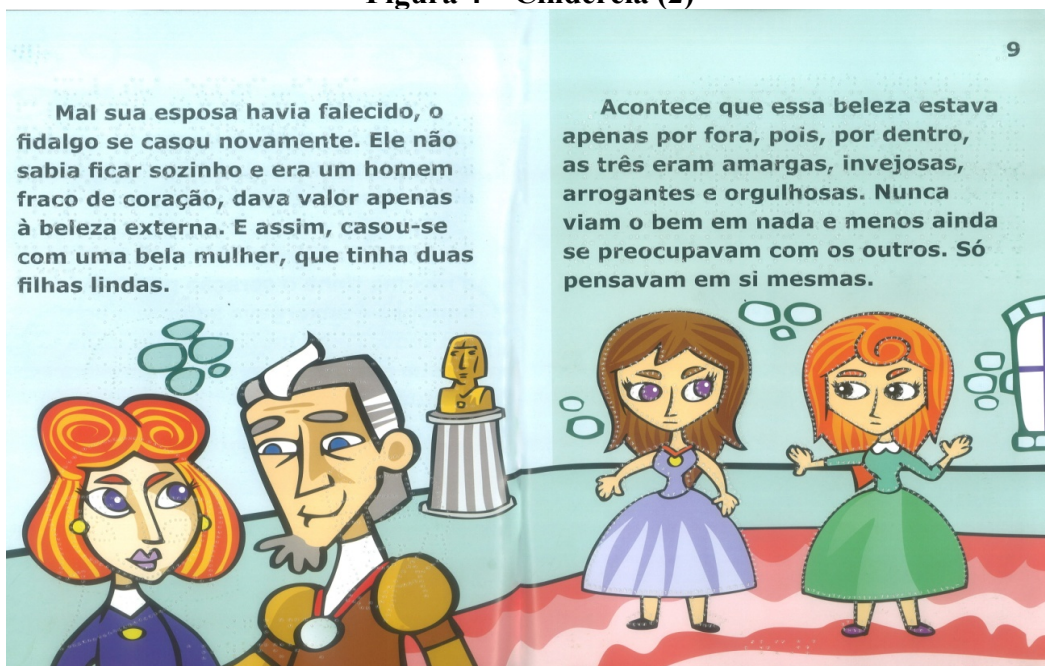


No longe da vida, era uma vez... uma história cheia de encantamentos e sonhos. Uma história de fazer acreditar em sonhos! E ela começa assim:

Era uma vez um fidalgo que tinha uma filha lindíssima. Além de linda, a menina tinha o coração puro. Era bondosa e enxergava sempre o bem em tudo. Tinha herdado esses dons de sua mãe, que havia sido a melhor criatura do mundo.

Fonte: RAMOS, 2014, p. 6-7

Figura 4 – Cinderela (2)



Mal sua esposa havia falecido, o fidalgo se casou novamente. Ele não sabia ficar sozinho e era um homem fraco de coração, dava valor apenas à beleza externa. E assim, casou-se com uma bela mulher, que tinha duas filhas lindas.

Acontece que essa beleza estava apenas por fora, pois, por dentro, as três eram amargas, invejosas, arrogantes e orgulhosas. Nunca viam o bem em nada e menos ainda se preocupavam com os outros. Só pensavam em si mesmas.

Fonte: RAMOS, 2014, p. 8-9

Em um campo verdinho, à esquerda, o fidalgo e a Cinderela. Eles estendem as mãos um para o outro e sorriem. O fidalgo tem pele clara, olhos azuis e cabelos acinzentados com mexas brancas e um cavanhaque pequeno. Veste uma blusa marrom com detalhes amarelos e vermelhos, uma calça verde e botas vermelhas. Cinderela tem pele clara, olhos azuis e cabelos loiros compridos até a cintura. Usa um vestido branco com a saia rodada na cor rosa e sapatinhos roxos. À direita os rostos do fidalgo e da Cinderela estão contornados por pontos (páginas 6 e 7). Dentro de casa, à esquerda, o fidalgo e a madrasta se olham. Ela tem pele clara, os olhos na cor roxa, os lábios são grandes e pintados de roxo, e cabelos ruivos até o pescoço com um volumoso topete. Usa um vestido roxo e brincos redondos e dourados. À direita, as duas irmãs também se olham sérias, com as bocas em linha reta e as sobrancelhas quase juntas. A primeira tem pele clara, com os olhos roxos e cabelos castanhos até a cintura. Ela usa um vestido roxo de saia rodada, um colar e sapatinhos pretos. A segunda também tem pele clara, olhos pretos e o cabelo ruivo comprido com um pequeno topete na testa. Ela usa um vestido verde de mangas compridas e saia rodada, seus sapatinhos são roxos. As irmãs estão contornadas por pontos (RAMOS, 2014, p, 8-9).

Ao observarmos as audiodescrições em relação à objetividade, este segundo material parece facilitar a compreensão do leitor-ouvinte, embora ainda contenha traços interpretativos, como em “Eles estendem as mãos um para o outro e sorriem”. Porém, avanços são perceptíveis em relação a uma maior autonomia do ouvinte como em: “À direita, as duas irmãs também se olham sérias, com as bocas em linha reta e as sobrancelhas quase juntas”. Embora em “sérias”, o audiodescritor tenha exposto sua interpretação da expressão facial da irmã, em “com as bocas em linha reta e as sobrancelhas quase juntas”, mostra a preocupação do audiodescritor em descrever as expressões faciais e os gestos que possam levar os leitores-ouvintes a conclusões do que “bocas em linha reta” e “sobrancelhas quase juntas” podem significar, sem limitar o ato de interpretação do receptor às impressões do audiodescritor.

Em relação ao princípio da linguagem consistente, diferentemente do primeiro livro, no qual o poema inteiro é narrado e, em seguida, tem sua ilustração audiodescrita, neste, a escolha foi realizar a narração da história a cada duas páginas, para, então, audiodescrever a ilustração. A opção por essa ordem diferente pode ter ocorrido em função do próprio gênero literário, que é uma narrativa, diferentemente do livro anterior, que era constituído por diferentes poemas. Por isso, é importante conhecer o gênero do material para estabelecer uma ordem coerente de narração e descrição.

Quanto à confiança do audiodescritor na capacidade de o usuário compreender o material, percebe-se que há, no segundo livro, uma ambientação mais adequada das

descrições, com uma localização simples e direta dos personagens e objetos descritos, o que pode ser observado em: “Em um campo verdinho, à esquerda, o fidalgo e a Cinderela” e também em “Dentro de casa, à esquerda [...]”.

Diferentemente da AD do primeiro livro, na qual não há descrição das características físicas dos personagens, em *Cinderela*, essa descrição é bastante explorada: “O fidalgo tem pele clara, olhos azuis e cabelos acinzentados com mexas brancas [...]”; “Cinderela tem pele clara, olhos azuis e cabelos loiros compridos até a cintura”. No entanto, não há, como previsto pelos princípios da ADC (2010), nenhuma menção à raça ou etnicidade dos personagens, apenas descrições físicas para que os leitores-ouvintes compreendam como cada personagem é caracterizado.

Quanto à adequação à linguagem infantil, neste livro, o uso de palavras no diminutivo é bem menos frequente quando comparada ao primeiro, o que não deixa de ser adequada ao público e parece ter como objetivo o afastamento de um tom muito infantilizado. Além disso, assim como no primeiro livro, também há uma mudança de trilha sonora entre narração e audiodescrição, a fim de sinalizar o momento em que ocorre a narração e o momento da AD. Há, assim, uma identificação facilitada pelo leitor-ouvinte, que é proporcionada, igualmente, pela diferenciação do tom de voz e do modo de falar desses dois momentos. Embora contem com ADs significativamente diferentes em termos de abordagem, ambos os materiais apresentam uma das principais características da prática de acessibilidade para cegos e com baixa visão: a sensibilidade do audiodescritor no trato com o material.

Conclusão

Após as análises aqui apresentadas, podemos observar que *Cinderela* parece seguir mais o modelo de audiodescrição proposto pela *Audio Description Coalition* (2010) e pelas adequações da Norma Inglesa, o que pode ter relação com o fato de ter sido desenvolvido cinco anos após o primeiro material. Entretanto, esse modelo de diretrizes para audiodescrição ainda não traduz o contexto brasileiro, ou seja, ainda não há um guia claro e objetivo para a elaboração da AD segundo as necessidades do nosso contexto e dos diferentes grupos que caracterizam os cegos e com baixa visão, entre eles, o infantojuvenil, de forma a garantir o acesso a um material de qualidade, coerente e com títulos variados. Um material de qualidade necessita, igualmente, da participação da comunidade, de forma a consolidar diretrizes que atendam aos desejos do grupo, o

que é um dos grandes desafios da AD: a linha tênue entre o que é visível e o que é dizível.

Se, como preconizou Antonio Candido (1995), a literatura é um direito do homem, esse direito deve ser assegurado também àqueles para os quais a literatura não é silenciosa, mas, sobretudo, sonora.

REFERÊNCIAS

AUDIO DESCRIPTION COALITION. Diretrizes para áudio-descrição e código de conduta profissional para áudio-descritores baseados no treinamento e capacitação de áudio-descritores e formadores dos Estados Unidos 2007-2008. Trad. Paulo André de Melo Vieira. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 4, n. 4, p. 1-60, set/dez 2010.

AZEVEDO, R. Aspectos instigantes da Literatura Infantil e Juvenil. *In*: OLIVEIRA, T. **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?** Com a palavra, o escritor. São Paulo: DCL, 2005, p. 25-46.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Casa Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 maio 2020.

CANDIDO, A. O direito à Literatura. *In*: CANDIDO A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 169-191.

COITO, R. F. A ilustração: da representação como interpretação do simbólico. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2015.

COSTA, L. M. Audiodescrição, transformação de imagens em palavras: tradução ou adaptação audiovisual? **Tradução & Comunicação**: Revista Brasileira de Tradutores, Rio de Janeiro, n. 22, p. 31-41, set. 2011.

FRANCO, E. Apresentação. **Tradterm**, v. 13, p. 7-10, 2007.

GARBIM, C. S. S. **Da instância discursiva da áudio-descrição em peças publicitárias**: as leis, o áudio-descritor e as empresas. Maringá, 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

INDEPENDENT TELEVISION COMISSION. **Guidance on standards for audio description**. London, 2000. 38p. Disponível em: http://audiodescription.co.uk/uploads/general/itcguide_sds_audio_desc_word3.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

PICAVÊA, M. **Simplesmente Diferente!** São Paulo: J. J. Carol, 2011.

PIETY, P. J. The language system of audio description: an investigation as a discursive process. **JVIB**, v. 98, n. 8, p. 1-38. Aug. 2004.

PRAXEDES FILHO, P. H. L.; ARRAES, D. A. Avaliar ou não avaliar, eis a questão: o estado da arte nas pesquisas sobre avaliatividade em audiodescrição. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 56, n. 2, p. 379-415, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132017000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2020.

RAMOS, A. C. **Cinderela**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2014.

SILVA, M. C. C. C. **Com os olhos do coração**: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12032/1/Manoela%20Cristina%20Correia%20C%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

TURCHI, M. Z. O estatuto da arte na literatura infantil e juvenil. *In*: TURCHI, M. Z.; SILVA, V. M. T. **Literatura Infanto-Juvenil**: Leituras críticas. Goiânia: Editora da UFG, 2002, p. 23-31.

Data de submissão: 07/03/2020

Data de aprovação: 15/04/2020